



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

*Discurso na cerimônia de ato de sanção
do Projeto de Lei de conversão que
dispõe sobre a remissão da contribuição
para o desenvolvimento da indústria
cinematográfica*

PALÁCIO DA ALVORADA, BRASÍLIA, DF, 13 DE MAIO DE 2002

Eu queria cumprimentar a todos aqui presentes. E, naturalmente, como sempre, tenho um texto escrito, mas vou cometer deslizes em abundância e não vou lê-lo. Não vou ler por uma razão muito simples: fui professor, um tempo da minha vida, em Cambridge, lá na Inglaterra, e ficava admirado, porque lá a tradição era de ler a aula, daí a expressão *lecture*, leitura, em português. Os professores liam a aula. Só que os ingleses sabem escrever para ler e nós não sabemos; nós escrevemos para falar. Então, quando pego um texto, fico meio envergonhado de dizer o que tenho que dizer. Porque eu mesmo, quando escrevo sozinho, estou escrevendo pensando num público abstrato. E, quando olho a cara das pessoas, digo: “Não dá para dizer isso aqui”.

Nunca aprendi a ler bem. Então, prefiro correr o risco do deslize. E entendo que você diante, não de mim, dessa audiência tão sofisticada, preferisse ler. Eu também, se tivesse um pouco mais de juízo, teria feito a mesma coisa.

Mas hoje é um dia de grande satisfação para todos nós, pelas razões que o Luiz Carlos Barreto já mostrou, aqui, com tanto entusiasmo e

com esse empenho que ele tem. E com generosidade, também, ao se referir a mim e ao se referir aos meus colaboradores, é verdadeiro.

A verdade é que nós, nesses últimos anos, aprendemos muita coisa no Brasil. Houve muita mudança, em várias áreas importantes e estratégicas, mesmo, para o Brasil. E não seria possível deixar à margem a questão do cinema.

Eu me recordo, quando o Sérgio Rouanet foi Secretário de Cultura e havia a Lei Sarney, de que ele quis modificar a Lei Sarney e levou uma proposta lá, ao Congresso. E o Senador Sarney e eu, na verdade, ajudamos o Rouanet. Disse isso, outro dia, lá em São Paulo: a Lei Rouanet foi feita com muito apoio do Senador Sarney, que era o autor da lei anterior, e meu, porque eu era amigo do Sérgio. Havia até uma dificuldade, naquele momento, momentânea, no relacionamento, e nós fomos tratando de dissolver os conflitos e foi possível aprovar a Lei Rouanet.

Mais tarde – já disse aqui o Luiz Carlos –, eu era Ministro da Fazenda, quando houve a Lei do Audiovisual. Sempre essas leis esbarram na Receita. Então, como Ministro da Fazenda, tratei de ajustar a Receita, para que o “Leão” amansasse na questão da Lei do Audiovisual.

O efeito dessas duas leis, a Lei Rouanet e a Lei do Audiovisual, é muito palpável. De 95 para cá, mais ou menos 500 milhões de reais foram aplicados em função dessas duas leis.

Mas, muito mais importante do que isso, foi o que já se mencionou, quer dizer, que a produção voltou a ser altamente inspirada. E isso deu público. O público passou de 1 milhão e 300 mil a 7 milhões e 400 mil – são os dados que me fornecem – de pessoas que assistem. Há um público que começou a voltar a ter uma relação com os produtores culturais.

Ora, uma produção cultural é produção. Tem um lado que é cultural, que é de sonho, que às vezes é até de irrealismo necessário, porque sem um pouco de visionarismo é difícil criar alguma coisa. Mas, por outro lado, como é produção, um pé tem que estar ancorado no sistema econômico, e, para isso, é preciso que haja uma instituição que permita essa articulação. A nossa agência de cinema é pensada nesses termos. Ela é pensada para ser uma agência que dê continuidade – já o disse o Luiz Carlos – ao problema do cinema nacional.

Só que isso, agora, é mais importante ainda, é mais importante do ponto de vista nacional. Por quê? Porque estamos em fase de globalização da economia e isso é um processo irreversível, porque tem consequência, ou, melhor, ele é consequência de mudanças tecnológicas e do modo de produzir. Então, isso vai ocorrer. O que não quer dizer que deva ocorrer da maneira como está ocorrendo, porque está ocorrendo de maneira altamente concentradora, não apenas no que sempre se insiste, de renda, etc., mas concentradora de recursos simbólicos. E, aí, é o desastre. Quer dizer, o cinema é um instrumento importante de afirmação de identidade nacional.

O fato de você ter uma produção econômica, globalizada, não pode significar que você vá ter uma homogeneização cultural. E, muito menos, que você vá deixar à margem os interesses nacionais e, portanto, a ação política e, portanto, os Estados. E, portanto, a capacidade que os Estados possam ter de uma articulação, em nível internacional, que preserve, precisamente, os interesses nacionais e as identidades culturais.

Cinema é fundamental, o audiovisual é fundamental nessa matéria de afirmação da identidade cultural. E tem, portanto, um peso enorme, crescente, numa economia que se globaliza.

Vamos ver em pouco tempo, já, nas rodadas várias que deverão ocorrer nos próximos anos, de negociação internacional, na área comercial, a questão do audiovisual. Temos que estar preparados para uma defesa consistente dos nossos interesses nessa matéria.

De modo que é essa a razão pela qual estamos aqui, sancionando essa lei, depois de tantos debates e tanto trabalho, do empenho de tanta gente. Estamos vendo, também, com muita esperança, a liderança do Gustavo Dahl e de todos os seus colaboradores, para que possamos dar continuidade a esse nosso propósito – nosso, não meu, nosso coletivo propósito.

Capacidade criativa nós temos. Não vou citar ninguém, porque aqui tem gente, muitos que contribuíram já, decisivamente. Não sei, gostei de ver o Garcia Márquez poder dizer o que nós não podemos, porque vão dizer que somos os maiores do mundo em tudo. Mas, se ele disse, vamos subscrever a opinião do Garcia. Não sei se não é um pouco

excessiva. De qualquer maneira, é bom participar dos que mais têm capacidade de produção.

E, mais ainda, não basta produzir, é preciso ter muita atenção à memória. Cultura, há uma parte que é de inovação, mas há uma parte que tem que ser de memória, que tem que ser de preservação de memória. Nesse aspecto, quero salientar que o Ministério da Cultura voltou a se preocupar com a memória, com a memória e com os monumentos. Há o Projeto Monumenta, que realmente tem um significado grande. Nós estamos reconstruindo, como nunca, no Brasil, edifícios, sítios históricos, artísticos, culturais etc.

E, agora, mais ainda com atenção à cultura imaterial, quer dizer, como parte de preservação do patrimônio, fazer parte do patrimônio, também, a cultura imaterial é uma coisa de grande significado.

Portanto, na medida em que o Brasil tem mais consciência dos seus próprios interesses, se diversifica e participa mais intensamente desse processo de produção, que é internacionalizado, tem, ao mesmo tempo, que reforçar os seus valores culturais e definir as instâncias nas quais o Estado brasileiro pode atuar legitimamente, sem sufocar a sociedade e sem exercer, por outro lado, o papel propriamente de escolher quem é que vai receber tal ou qual recurso. Não é ao Estado que compete doar ou dar, ou designar. A sociedade, os próprios produtores e o próprio público é que devem, naturalmente, nessa interação, ir definindo.

Mas o Estado tem que estar presente, dessa forma – uma espécie de dobradiça entre o Estado e a sociedade. Essas agências, elas têm que defender o interesse do consumidor, do produtor, do consumidor e os interesses nacionais, no seu conjunto, e têm que ter uma ligação com o Estado.

Por isso, mais uma vez, acho que o Doutor Luiz Carlos Barreto falou muito bem quando disse que o Ministério da Cultura não pode se eximir do seu papel. As agências não significam que o Governo deixe de ter papel direto, como representante eleito pelo povo, e o Ministro é delegado meu, que sou eleito pelo povo.

Então, esse interesse geral se preserva. E haverá uma interação criativa com essa agência. Não impositiva, mas criativa, com essa agência. E

não cabe, de maneira nenhuma, imaginar que o Ministério da Cultura perde função. Não, não. Ele ganha mais braços para o exercício de uma função que é mais geral e legitimada, na medida em que o Estado é democrático.

Por tudo isso, já falei demais – por isso que é bom até, realmente, ler, porque senão a gente se perde e fala muito e, aí, o deslize vem mesmo. Mas, para evitar que eu tenha um deslize mais forte, quero só, simplesmente, agradecer a vocês e dizer que tenho muita confiança em que o caminho que está sendo aqui delineado vai ser, realmente, palmilhado com muita firmeza e com muita capacidade por todos aqueles: os que estão na agência, os que vão se beneficiar da agência mas, sobretudo, nós, pobres coitados, que estamos vendo, com entusiasmo, os filmes que vocês fazem.

Muito obrigado.